

Cai o PIB e aumenta o desemprego

O período de apertar o acelerador da economia foi curto: o crescimento das restrições externas, com a manifesta disposição dos banqueiros internacionais de reduzirem seus créditos ao Brasil e as continuadas insinuações que os ministros da área econômica ouviam de banqueiros europeus e japoneses e até de autoridades do governo americano, para que se recorresse aos créditos do Fundo Monetário Internacional, aliada a uma inflação que a cada dia se tornava insuportável, obrigou o governo a mudar de rota.

Ao iniciar-se o quarto trimestre de 1980, até mesmo os líderes empresariais que, um ano antes, combatiam a recessão — que não estava desenhada — e defendiam a reativação da economia, já admitiam que não haveria outra alternativa senão desaquecer. Um tanto tardeamente eles viriam a descobrir que o sistema financeiro foi, na verdade, o grande beneficiário da inflação.

Da mesma forma que o governo pisou fundo no acelerador para deslanchar a economia, teve de pisar forte no freio para contê-la, assumindo as responsabilidades e desgastes do custo social que isso representou. Tudo foi mudado: o sistema de controle de preços totalmente afrouxado; as correções cambial e monetária indexadas à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC — criado pela Fundação IBGE, sendo que a correção cambial foi mais além, não descontando no seu cálculo a inflação externa; as importações foram novamente gravadas com uma alíquota de 25% do IOF — Imposto sobre Operações Financeiras — e restabelecidos os incentivos fiscais às exportações.

Ao mesmo tempo, apertou-se a política monetária, estabelecendo-se rígidos controles quantitativos para a expansão da moeda e dos principais indicadores monetários. A Sest — Secretaria de Controle das Empresas Estatais —, criada em setembro de 1979 para controlar as empresas do governo, estabeleceu normas rigorosas de controle do endividamento externo e interno do setor público e a política salarial foi mudada, no sentido do achatamento dos salários da classe média, de valores acima de dez salários mínimos.

Estimulada pela enorme massa de subsídios fiscais e creditícios às exportações, e por um rigoroso controle administrativo das importações, a balança comercial reagiu e pela primeira vez, desde 1973, apresentou-se superavitária com US\$ 1,2 bilhão, desanuvmando o ambiente internacional para o Brasil, que recuperou parcialmente sua credibilidade externa.

A contrapartida, obviamente, foi uma queda drástica no Produto Interno Bruto, o ano passado praticamente sustentado pela agricultura e a elevação do desemprego em índices alarmantes, especialmente para o setor industrial, com a indústria automobilística sendo obrigada a ajustar-se a um novo patamar de consumo, mais baixo.

A inflação anual, que em março de 1981 havia atingido a taxa recorde de 121,2% regrediu em dezembro para 95,2% e poderia ter caído ainda mais, não fosse a enorme massa de subsídios à agricultura e às exportações, financiados por via inflacionária, em grande parcela, aliada ao crescimento dos gastos governamentais acima do previsto, além de uma herança da inflação de 1980, expressa nas taxas altíssimas do primeiro trimestre de 1981: 24,1%.

Ao completar seu terceiro ano de governo, o presidente Figueiredo assiste a um novo "avançar" da economia, para compensar o "parado" do ano passado, e para não fugir à tradição, o temor é que os responsáveis pela política econômica, motivados pelo mais difícil teste eleitoral que o governo pós-64, enfrentará em novembro, apertem o acelerador mais do que o necessário, e seja preciso começar tudo de novo em 1983.